

As principais técnicas de coleta da pesquisa empírica são, porém, técnicas de observação indireta¹¹, como o questionário¹², o formulário, a entrevista¹³ e a história da vida¹⁴.

Normalmente, as técnicas de coleta são combinadas em função dos propósitos da pesquisa, que exigem diversos tipos de dados. Nesta fase, os dados primários, que são os obtidos originariamente pelo investigador, são integrados a dados secundários obtidos de fontes como: jornais, revistas, publicações estatísticas etc. A rigor, também a pesquisa bibliográfica, constituída por levantamentos, fichamentos e consultas bibliográficas, é uma fonte secundária de dados. Acumula-se uma documentação sobre o objeto que fornece o estado atual do conhecimento sobre o tema de pesquisa, isto é, "o que se diz dele". Esse levantamento bibliográfico, quando bem realizado, oferece textos de apoio a todas as dimensões da pesquisa, envolvendo questões epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas. É importante o investigador citar a bibliografia a fim de demonstrar a diversidade das preocupações que o acompanharam ao longo do processo de pesquisa e seu empenho em responder a elas. A bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual percorrido por seu autor.

11. Uma objetiva e útil descrição das técnicas de observação indireta pode ser encontrada em Perseu Abramo, "Pesquisa em Ciências Sociais", op. cit., e Oracy Nogueira, *Pesquisa social*, São Paulo, Nacional, s.d., parte II.

12. A crítica metodológica do questionário e da entrevista é feita em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., por Michel Thiollent em "A falsa neutralidade das enquetes sociológicas" e "O processo de entrevista"; e por P. Bourdieu, "A opinião pública não existe" e "Os doxósofos".

13. Sobre as diversas técnicas de entrevistas, ver Edgar Morin, *Linguagens da cultura de massas*, Petrópolis, Vozes, 1973; sobre a técnica de entrevista não diretiva, ver em M. Thiollent, *Crítica metodológica*, op. cit., os seguintes textos: Liliane Kandel, "Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não diretiva e sobre as pesquisas de opinião"; Guy Michelat, "Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia"; e Jacques Maître, "Sociologia da ideologia e entrevista não diretiva".

14. Ver Florestan Fernandes, "A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações", in *Ensaios de Sociologia geral e aplicada*, op. cit., Guita G. Debert, "Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral", in Ruth Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

3. A descrição

A descrição faz a ponte entre a fase de observação dos dados e a fase da interpretação e, por isso, combina igualmente em suas operações técnicas e métodos de análise¹⁵. Sustentaremos a tese de que a descrição constitui a primeira etapa da análise dos dados na pesquisa.

A descrição é desenvolvida através da operação de *análise descritiva* e é feita em dois passos: o primeiro é constituído por procedimentos técnicos de organização, crítica e classificação dos dados coletados. Trata-se na prática de proceder a uma manipulação dos dados que implica: 1) realizar o tratamento estatístico, ou seja, fazer tabulações para encontrar concentrações, frequências e tendências na documentação coletada; a análise multivariada para efetuar relações e cruzamentos; a categorização dos dados para encontrar campos de sentido; 2) assegurar o "domínio" sobre a massa de dados coletados, porque permite identificar e selecionar fatos de significação para o tratamento analítico ulterior; 3) conseguir um conhecimento prévio das possibilidades da documentação em relação aos objetivos teóricos e práticos da investigação.

O segundo passo abrange procedimentos propriamente analíticos que visam à construção dos "objetos empíricos" e a reprodução do fenômeno nas condições de sua produção. A construção do "objeto empírico" vem a ser reprodução do fenômeno concreto descrito através de seus caracteres essenciais. Este procedimento analítico só é possível mediante as inferências permitidas pela tabulação ou classificação anterior dos dados, pelas quais o fenômeno deixa de ser percebido como algo caótico e ininteligível e passa a ser visto em seus atributos essenciais e interdependentes, isto é, sob uma forma sintética.

Ao reproduzir o fenômeno em seu contexto empírico, a descrição relaciona-o com variáveis que intervêm em sua produção. Este procedimento é obtido operacionalmente por meio dos

15. Rever a distinção que fizemos às pp. 129-131.

métodos descritivos, que são métodos “técnicos”, segundo Wolf. Os mais usados na Comunicação são: o monográfico, o estudo de caso¹⁶, o estudo de comunidade, o etnográfico¹⁷, e o estatístico¹⁸, o histórico ou documental¹⁹ e a análise de conteúdo²⁰.

O critério de seleção (ou combinação) desses métodos deve ser a natureza da unidade de investigação. Geralmente cada método acarreta o uso de determinadas técnicas de coleta ou também sua combinação. Por exemplo: um fato segmentário (um comportamento, um fenômeno, uma classe de indivíduos) pede em geral o método monográfico e o emprego de questionário e/ou entrevista; uma organização (grupo, instituição) requer o método do estudo de caso e o uso de questionário, entrevista e/ou observação participante; pequenos aglomerados, vilas, favelas, solicitam o estudo de comunidade, com o emprego de formulário, entrevista e/ou observação participante. Esse método é semelhante ao etnográfico no estudo de sociedades arcaicas. Hoje assiste-se à revalorização do uso desse método no estudo de

16. O estudo de caso é uma variante do método monográfico. Ver Paul De Bruyne, *Dinâmica da pesquisa*, op. cit., pp. 224-227.

17. Uma abordagem crítica dos estudos de comunidade e etnográficos no Brasil é feita por Oracy Nogueira, *Pesquisa social*, op. cit., parte III.

18. Os métodos matemáticos e a problemática das pesquisas quantitativas são analisados por Raymond Boudon, *Os métodos em Sociologia*, Lisboa, Rolim, s.d.

19. Sobre a aplicação do método histórico às Ciências Sociais, ver Maurice Duverger, *Métodos de las Ciencias Sociales*, Barcelona, Ariel, 1975.

20. A bibliografia sobre os métodos de análise de conteúdo é extensa, se pensarmos na variante quantitativa, qualitativa e estrutural. Entre os textos metodológicos, operacionais e acessíveis a não especialistas em Semiologia (como é o caso da maioria dos pesquisadores em Comunicação) estão os seguintes: Albert Kientz, *Comunicação de massa — análise de conteúdo*, Rio de Janeiro, Eldorado, 1973 (com uma extensa bibliografia); Laurence Bardin, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979 (com casos concretos de análise); Eliseo Verón, “Ideologia y comunicación de masas: la semantización de la violencia política”, in Eliseo Verón (org.), *Lenguaje y comunicación social*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1971; Violette Morin, “Aplicação de um método de análise da imprensa”, *Série Jornalismo e Editoração ECA/USP*, 1970 (mimeo.); Umberto Eco, “James Bond: uma combinatória narrativa”, in Roland Barthes et alii, *Análise estrutural da narrativa*, Petrópolis, Vozes, 1976; Roland Barthes, *Mitologias*, São Paulo, Difel, 1978.

populações e culturas urbanas²¹. Um fato do passado é a unidade de investigação por excelência do método histórico que exige o uso da análise documental. Desta decorre também o método de análise de conteúdo, de larga aplicação nas pesquisas dos MCM, com o recurso ao método quantitativo, qualitativo e estrutural do discurso. O método estatístico costuma ser combinado ao método monográfico com o emprego da estatística-matemática no tratamento dos fenômenos.

As operações técnicas e de análise desenvolvidas na etapa da descrição conferem ao investigador a capacidade de descrever, de modo unívoco e sintético, as condições concretas de produção dos fenômenos estudados, condições que residem no nível empírico. Isso nos faz voltar às pesquisas que se interrompem na fase de caracterização descritiva dos dados. Elas não se enquadram na categoria de contribuições *explicativas* da investigação científica. Será necessário voltarmos a essa questão porque envolve o caráter e a contribuição de numerosas teses em Comunicação.

4. A interpretação

A explicação ou interpretação é a segunda etapa da análise e com ela a pesquisa atinge a condição própria de cientificidade. É a fase que envolve a teorização dos dados empíricos dentro da perspectiva teórica adotada no início da pesquisa. O ponto de chegada retoma dialeticamente o ponto de partida, integrando os dados numa totalidade que agora é igualmente objeto empírico e objeto teórico.

O quadro teórico de referência fornece *métodos interpretativos* de análise pelos quais os dados são explicados por meio de caracteres ou propriedades inerentes ao sistema inclusivo ou

21. Eunice R. Duhram, “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”, in R. Cardoso (org.), *A aventura antropológica — teoria e pesquisa*, op. cit.

ao tipo de sistema social. Essa explicação generalizadora seria impossível sem o tratamento analítico prévio dos dados coletados e a acumulação de conhecimentos proporcionados pela análise descritiva. Assim, cada um dos três principais métodos de interpretação nas Ciências Sociais lida com problemas teóricos próprios e com os materiais empíricos de forma diferenciada. O método dialético realiza o processo de abstração e de generalização sempre num campo histórico, buscando as relações estruturais do fenômeno no todo social por meio do princípio da contradição (nível de funcionamento do tipo social histórico); o método funcionalista busca a totalidade em termos de causação funcional e de relações funcionais do fenômeno com o todo, num campo supra-histórico (nível da comparação de tipos sociais históricos); o método compreensivo busca construir relações de sentido entre o fenômeno e o todo que se localiza num campo a-histórico (nível operativo do tipo ideal).

É somente através dessa fase de elaboração interpretativa dos dados que se pode atingir um padrão de trabalho científico unificado na área de conhecimento da Comunicação. Só esse padrão é capaz de coordenar organicamente teoria e pesquisa, operações técnicas, metodológicas, teóricas e epistemológicas numa única experiência de investigação. Enquanto isso não ocorrer, o levantamento de dados empíricos está destinado a ficar mais ou menos dissociado dos objetivos fundamentais do conhecimento científico, que são, sem dúvida, a construção de teorias capazes de corresponder e responder aos problemas substantivos que lhe são apresentados por uma realidade social determinada.

Três observações se fazem necessárias sobre a análise descritiva e a interpretativa. A primeira diz respeito ao objetivo de cada uma dessas etapas. A análise descritiva visa à reconstrução da realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos. A análise interpretativa visa à explicação do fenômeno mediante operações lógicas de síntese e de amplificação levando a análise a um nível superior de abstração e de gene-

ralização. A despeito de as operações e os objetivos de cada uma dessas etapas não se confundirem do ponto de vista da análise científica, é possível que, conforme o método de exposição adotado pelo pesquisador, as duas etapas se apresentem de forma conjunta e entrelaçada num único momento ou fase da pesquisa. É o caso em que o “método da elaboração” do autor é completamente distinto do “método da exposição”. Isso corresponde no discurso científico às partes ou capítulos (geralmente a maioria) de análise dos dados, em que o autor passa indistintamente do plano descritivo para o interpretativo. Dificilmente encontramos o discurso organizado em capítulos descritivos e capítulos interpretativos. Longe de ser um erro, a exposição conjunta significa que o investigador efetivamente logrou alcançar o padrão unificado de trabalho científico, integrando “pesquisa” e “teoria” em seu discurso. Entretanto, a leitura metodológica desse discurso torna-se mais complicada, porque uma vez que os dois planos de análise não estão formalmente separados, só podem sê-lo através da inferência, decompondo-se cada uma de suas operações.

A segunda observação é sobre a questão do alcance e da validade científica das pesquisas descritivas que não atingem a etapa interpretativa. Independentemente de nosso ponto de vista de que não se deve subestimar esse tipo de pesquisa e de que sempre é possível a reelaboração teórica posterior, não há como deixar de estabelecer a diferença entre *levantamento* ou *sondagem* (*survey*) e *pesquisa social* (*social research*)²². O levantamento é

22. É a mesma distinção feita entre “investigação descritiva” e “investigação explanatória” por Herbert Hyman em *Planejamento e análise da pesquisa*, Rio de Janeiro, Lidador, 1967. A distinção é retomada com outras designações por diversos autores, entre os quais Adorno e Lazarsfeld, que usam “administrative research” (pesquisa administrativa) e “critical research” (pesquisa crítica). Ver referências no interessante e já citado artigo de Adorno, “Experiências científicas em Estados Unidos”, em que o autor também discute a distinção divergente, porém complementar, entre o sentido norte-americano de *metodologia* como “técnicas práticas de investigação” e o sentido europeu de “crítica do conhecimento”. Também sobre a mesma questão, consultar os diversos artigos do *Journal of Communication*, Summer, 1983, número especial com o tema “Ferment in the field”.

um estudo eminentemente descritivo, com ênfase na coleta e sistematização de dados empíricos para utilização imediata, enquanto a pesquisa social parte da fundamentação empírica dos dados para contribuir para o corpo de conhecimento teórico e metodológico das Ciências Sociais, independentemente de sua utilização imediata. Esta é, a nosso ver, a condição que deve reger basicamente a pesquisa acadêmica em Comunicação.

A terceira e última observação é decorrente das anteriores e diz respeito à dicotomia que se estabeleceu em Comunicação entre pesquisas quantitativas e pesquisas qualitativas. É que comumente o uso de métodos estatísticos gera pesquisas descritivas, enquanto métodos qualitativos produzem pesquisas interpretativas.

Trata-se de uma falsa dicotomia, e a questão está invertida. É falsa a dicotomia quantitativo/qualitativo na investigação social porque, em primeiro lugar, é crescente a dificuldade de estabelecer um limite preciso entre análise quantitativa e qualitativa. Apesar de cada uma ter sua lógica implícita, não se pode esquecer que as operações quantitativas se apoiam em dados qualitativos originalmente coletados e logo transformados. "Com efeito, é característico das técnicas das Ciências Sociais (entrevistas, observações de grupos, análise de documentos etc.) prever a quantificação ulterior e recolher os dados qualitativos de uma forma que a prepare e facilite. A quantificação não é mais que a segunda etapa que depende necessariamente da primeira."²³ Acrescentamos a essa citação o fato de que à quantificação costuma suceder o "retorno" à qualificação dos dados, agora num nível que não é mais o do "real-concreto", mas o de uma primeira abstração promovida pela análise descritiva. Em segundo lugar, a maioria dos investigadores sociais reconhece atualmente esta *complementaridade*. Assinalam que não existe uma oposição entre o qualitativo e o quantitativo senão uma circularidade entre a análise quali-

23. Madeleine Grawitz, *Métodos y técnicas de las Ciencias Sociales*, Barcelona, Hispanoeuropea, vol. I, 1975, p. 310.

tativa sistematizadora e as formas de medição mais rigorosas. Já não se discute sobre a possibilidade da quantificação na pesquisa social nem se faz opção metodológica *a priori* entre fazer uma pesquisa qualitativa ou quantitativa, mas, antes, há necessidade de refletir sobre a aplicação de um ou de outro método de análise a determinado fenômeno ou circunstância. É necessário, enfim, reconhecer metodologicamente as vantagens e desvantagens de um método sobre outro em função do objeto e objetivos da investigação.

A questão de a pesquisa quantitativa ser descritiva e a qualitativa ser interpretativa é comumente invertida. Não são os métodos de análise que decidem o grau de elaboração teórica da pesquisa. Pelo contrário, na teorização da problemática feita desde o início da pesquisa já se delimita o grau de abstração e de generalização que se pretende alcançar. Portanto, são os objetivos de descrição ou de interpretação que orientam desde o início a pesquisa que a farão estancar-se ou não na etapa da descrição. A pesquisa que se define como interpretativa desde a etapa de definição do objeto já fixa em seus objetivos ir além da descrição, antecipando as operações que deverá desenvolver de acordo com o modelo teórico escolhido.

A última etapa do processo de investigação prevista pelo modelo metodológico é a *conclusão*. Não é propriamente uma etapa, mas um tópico em que se faz o balanço dos resultados alcançados. Corresponde a uma exposição dos objetivos conseguidos e das possíveis contribuições para o avanço do conhecimento sobre o tema que foi objeto da pesquisa. Esse avanço deve ser apontado nos diversos planos que constituíram todo o processo de pesquisa: o teórico, o metodológico, o fático e o prático. Normalmente, como foi apontado, há um descuido com as observações metodológicas e também com as de caráter prático. Estas últimas refletem o grau de consciência do pesquisador sobre o "como" e "para que" servirão os resultados da pesquisa.

O modelo metodológico que acabamos de expor pode ser representado conforme o Gráfico 4.

